

Relatório de Atividades

4º Trimestre

∞

←

0

2



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2018



Presidente

Conselheiro Renato Martins Costa

Vice-Presidente

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Corregedor

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiros

Conselheiro Robson Marinho

Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:

06/11/2017 a 03/02/2018

o **SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES**

05/02/2018 a 05/05/2018

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

07/05/2018 a 04/08/2018

o **SAMY WURMAN**

06/08/2018 a 07/10/2018

o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

08/10/2018 a 11/10/2018

o **SAMY WURMAN**

12/10/2018 A 03/11/2018

o **MARCIO MARTINS DE CAMARGO**

A PARTIR DE 05/11/2018

o **JOSUÉ ROMERO**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiro Dimas Ramalho

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Thiago Pinheiro Lima

Elida Graziane Pinto

José Mendes Neto

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Rafael Antonio Baldo

João Paulo Giordano Fontes

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Renata Constante Cestari

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Diretor Técnico do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

Fábio Correa Xavier



SUMÁRIO

1. CORPO DIRETIVO	11
2. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL.....	12
3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP	13
4. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO	13
5. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	14
6. CORPO DE AUDITORES	14
7. DECISÕES SINGULARES	14
8. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC.....	14
9. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.....	14
10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	15
10.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	15
10.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	15
10.2. DSF’s I e II	15
10.2.1. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ	16
10.2.2. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	16
10.3. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	16
10.3.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças	16
10.3.1.1. Planejamento e Orçamento	17
10.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	24
10.5. OUVIDORIA	25
10.6. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	26
10.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	27
10.8. REVISTA DO TCE	28
10.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .	28
10.10. CERIMONIAL	28
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
12. ANEXOS	30
12.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	30



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	12
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	13
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2018 – Despesas Correntes.....	19
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2018 – Despesas de Capital	19
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2018 - Despesas Correntes.....	20
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2018 - Despesas de Capital	20
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Empenhado – Despesas Correntes ...	21
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Empenhado – Despesas de Capital...	21
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Realizado – Despesas Correntes	22
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Realizado – Despesas de Capital	22
Tabela 11 - Atividades da EPCP - 4º Trimestre.....	25



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **quarto trimestre** do exercício de 2018.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

- AÇÕES FISCALIZATÓRIAS

Fiscalizações Ordenadas - Dentre as principais ações conduzidas no período, destaca-se a realização de mais duas operações no âmbito das Fiscalizações Ordenadas.

A primeira delas contou com a mobilização de 279 (duzentos e setenta e nove) Agentes da Fiscalização, distribuídos em 200 (duzentas) cidades no interior e no litoral do Estado, para verificação das condições do transporte escolar oferecido a mais de 300 (trezentos) mil alunos de 251 (duzentas e cinquenta e uma) escolas municipais.

Durante a ação, apurou-se inúmeras impropriedades, como veículos sem cinto de segurança, extintores de incêndio com prazo vencido, pneus carecas e sem condições de uso e até mesmo um ônibus escolar que trafegava sem painel de orientação do condutor. Também houve flagrantes de veículos com vidros quebrados, assentos danificados, ausência da pintura na cor amarela com o dístico 'ESCOLAR', além de ônibus circulando com excesso de lotação, sem estepe e com lanternas quebradas.

A fiscalização revelou, **ainda**, que 24,7% das Prefeituras Municipais não possuem relação dos alunos que requereram o transporte escolar no ano de 2018, e que 14,74% dos estudantes que solicitaram o serviço não foram atendidos.



Já a última ação conduzida no trimestre teve como objetivo avaliar a execução de obras públicas a cargo dos municípios jurisdicionados, considerando tão somente aquelas decorrentes de contratações que não estivessem sob o devido acompanhamento de execução contratual por parte desta Corte, em processos autuados, aumentando assim a abrangência da operação.

A fiscalização envolveu mais de 240 (duzentos e quarenta) servidores, que avaliaram as condições de 238 (duzentas e trinta e oito) obras localizadas em 213 (duzentos e treze) municípios. Os achados obtidos por meio da aplicação de questionário específico indicaram que 2.52% das obras contratadas não haviam sido iniciadas, sendo que 66,67% dessas possuíam justificativa para a não emissão de Ordem de Início dos Serviços.

Constatou-se que 54,20% das obras contratadas estavam em andamento, com a devida placa de identificação presente em 62,79% desses casos. As obras paralisadas, por sua vez, representam 22,27% do total de obras averiguadas. Dessas, os achados indicaram a paralisação injustificada dos trabalhos em 58,49% dos casos.

Por fim, as obras concluídas, responderam por 21,01% do total de obras visitadas. Deste total, 74% não contavam com emissão do respectivo Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Os relatórios gerais elaborados com base nas informações coletadas foram encaminhados aos Conselheiros-Relatores dos processos ligados às contas das entidades fiscalizadas.

Santo Remédio - Ainda no período, visando ao fortalecimento dos laços interinstitucionais para aperfeiçoamento das ações voltadas à fiscalização, à prevenção e à repressão da corrupção no Estado de São Paulo, o TCE/SP, atuou, conjuntamente com o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e apoio das Polícias Militar e Civil, em uma operação integrada realizada em Cachoeira Paulista para investigar supostas irregularidades no uso dos recursos advindos de contratação de entidade social para a prestação de serviços na área da Saúde.

Batizada de 'Santo Remédio', a operação, decorrente de recente acordo de cooperação formalizado entre o Tribunal de Contas e o Ministério Público, cumpriu 8 (oito) mandados de busca e apreensão na cidade de Cachoeira Paulista, incluindo a sede da Prefeitura. Os trabalhos também tiveram desdobramentos nas cidades de Suzano, Mogi das Cruzes e na Capital.



Com base em apontamentos elaborados pela equipe técnica da Unidade Regional de Guaratinguetá (UR-14) foram detectadas diversas impropriedades na execução contratual de ajuste firmado com o Instituto de Saúde, Educação e Comércio (ISEC), no exercício de 2017, pelo valor aproximado de R\$ 7 milhões, para gerenciar, operacionalizar e executar ações de assistência básica e integral à Saúde.

Dentre as irregularidades encontradas apurou-se má aplicação no uso dos recursos disponibilizados por meio do contrato de gestão, falhas na prestação dos serviços e falta de planejamento na execução contratual, com a quarteirização de serviços de médicos e de outros funcionários.

- PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

Relativamente a **eventos externos**, o TCESP, pela Presidência participou, no mês de outubro, de seminário promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), como parte das comemorações dos 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil.

Na oportunidade, em painel composto por autoridades e especialistas, foi apresentado o tema '**A Administração Pública e as exigências de eficiência e controle**', destacando a função pedagógica do TCESP, exercida por meio de orientações aos entes fiscalizados e ampla divulgação dos entendimentos da Corte, na forma de jurisprudência, súmulas, comunicados e alertas, além da edição de manuais temáticos e a realização de cursos de capacitação e aprimoramento, com destaque para o Ciclo de Debates – evento que se repete a 22 (vinte e dois) anos e que, somente em 2018, capacitou, por meio de 11 (onze) encontros regionais, mais de 6.500 (seis mil e quinhentos) gestores públicos.

Os indicadores criados pelo TCESP – **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) e Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEG-E)** – para medição da eficiência das políticas públicas nas administrações municipais e em cinco áreas do governo estadual foram outros exemplos de natureza orientativa citados na ocasião.

Ainda no mês de outubro, a Presidência participou, a convite do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, de reunião ocorrida no Salão Branco do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, com a presença de integrantes do Colegiado do TCU e de mais de 30 (trinta) integrantes das Cortes de Contas dos Estados e Municípios com o propósito estabelecer 'diálogo institucional' tendo por tema a preocupação do STF com as



obras públicas paralisadas em todo o Brasil. Em auditoria recente realizada pelo TCU, registrou aquela Corte de Contas mais de 12 mil empreendimentos paralisados em todo o território nacional, de um universo total de mais de 40 mil obras.

Apontou ainda que pelo menos 2,8 mil obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de diversos setores, estão suspensas ou interrompidas. Dentre as paralisadas encontram-se obras nas áreas de saneamento, mobilidade urbana, construção de creches e de Unidades Básicas de Saúde, bem como aquelas ligadas a melhorias na infraestrutura ferroviária e nas matrizes de energia elétrica, petróleo e gás.

A pauta proposta já havia chamado a atenção deste Tribunal, razão do desenvolvimento no âmbito deste TCESP de levantamento preliminar abrangendo o território paulista, com a atual situação das obras sob responsabilidade dos governos estadual e municipais.

O documento disponibilizará informações sobre os ajustes estabelecidos, discriminando valores, cronogramas, prazos e principais causas de atrasos, além de outros dados obtidos a partir da Fase IV do Sistema de Auditoria Eletrônica (Audesp), que trata de licitações e contratos públicos.

Ainda, no trimestre, a Presidência desta Corte participou da abertura do congresso '**O Estado Democrático de Direito em 30 anos da Constituição Federal: Desafios Atuais**', realizado no Auditório 'Queiroz Filho', na sede do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), na Capital.

Promovido pelo d. Parquet Estadual em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o evento contou com a presença de importantes autoridades do Direito brasileiro, com programação composta por palestras sobre Direitos Humanos, Direitos Sociais, Cidadania e Interesses Difusos.

Também com o objetivo de fortalecer o relacionamento interinstitucional, promover o debate sobre as ações de controles externo e interno e esclarecer aspectos da prestação de informações via Sistema Audesp, o TCESP participou do evento '**Diálogo Público: ações conjuntas da Secretaria da Fazenda e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para o aprimoramento dos controles**'.

As palestras desse evento foram apresentadas por técnicos de ambas as instituições, abrangendo temas como controle interno,



responsabilidades dos Gestores Estaduais, fiscalização, Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) e Sistema de Contas Estaduais (SisCOE).

O Tribunal se fez presente no '**IX Encontro Técnico de Educação Profissional dos Tribunais de Contas (EDUCONTAS)**', realizado em Fortaleza, apresentando o tema '**Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável: as ações dos TCs e o papel multiplicador das Escolas de Contas**'.

Voltado para gestores e servidores das Escolas de Contas dos Tribunais de Contas de todo o Brasil, o evento se propôs a fomentar o compartilhamento e troca de experiências sobre as melhores práticas atualmente em uso na área da gestão educacional e aplicadas junto aos servidores dos Tribunais de Contas, aos jurisdicionados e à sociedade em geral.

- **EVENTOS INTERNOS**

Sob a organização do TCESP, no quarto trimestre, foi realizado seminário voltado à promoção do debate sobre os 30 (trinta) anos de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, sobretudo sob os aspectos financeiros e de fiscalização a cargo dos órgãos de controle externo do país.

Durante o encontro, diversas autoridades e especialistas discorreram sobre temas como o papel dos Tribunais de Contas na defesa da Constituição Financeira, o financiamento da saúde pública, renúncias fiscais e a relevância adquirida pelos Tribunais de Contas desde a promulgação da Carta Magna de 1988.

Como membro do Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (FOCCO-SP), o TCESP sediou a 2ª ação do qual faz parte, palestra sobre a **apuração de ilícitos disciplinares praticados por servidores públicos**.

A programação contou com exposições realizadas por membros da Procuradoria do Estado, com o intuito de orientar membros das comissões de apuração preliminar, bem como técnicos e gestores da área de Recursos Humanos do setor público sobre o tema. As atribuições da Procuradoria Geral do Estado, a responsabilização do servidor público, as espécies de processos punitivos e suas principais características foram alguns dos assuntos abordados.



Promoveu, em sua sede, o **Curso de Capacitação sobre Controle Interno**, voltado principalmente para servidores públicos, com a finalidade de aprofundar os conhecimentos dos participantes sobre os fundamentos do controle interno, governança, gestão de riscos e a metodologia empregada.

Também na sede foi desenvolvido a segunda edição do seminário **Gestão Sustentável na Administração Pública**, onde autoridades debateram o papel das instituições no desenvolvimento de projetos e mecanismos para o estabelecimento de uma política de responsabilidade socioambiental na Administração Pública.

Organizado pelo Núcleo de Monitoramento do Observatório do Futuro em parceria com a Escola Paulista de Contas Públicas (EPCP), o evento objetivou debater a reponsabilidade dos gestores e das autoridades públicas no enfrentamento das questões ambientais, em busca de soluções e estratégias para o aprimoramento de ações de sustentabilidade junto aos órgãos do Poder Público.

Durante o encontro os participantes foram convidados a refletir sobre as tomadas de decisões pessoais e profissionais e os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes. As exposições também discorreram sobre as principais ações de sustentabilidade desenvolvidas no âmbito dos órgãos públicos, bem como as dificuldades e os problemas enfrentados para a implantação de projetos relacionados ao tema.

Com a presença de especialista internacional, também no trimestre, foi desenvolvido o tema '**Contratações Públicas e Combate à Corrupção**', abordando os principais desafios para os países em desenvolvimento, além do compartilhamento das melhores práticas internacionais atualmente em uso em instituições e órgãos públicos.

Por fim, o TCESP organizou capacitação sobre **Compliance e sua Efetividade na Esfera da Administração Pública**, encontro que contou com a presença de especialistas em Direito Tributário, bem como com a participação de servidores que trabalham nas áreas de administração e fiscalização da Corte de Contas.

Além de oferecer uma evolução histórica do processo regulatório da Administração Direta e Indireta, englobando a trajetória da corrupção no Brasil e os Marcos Regulatórios no ordenamento jurídico brasileiro, o curso ainda tratou das normas constitucionais e infraconstitucionais que



regulamentam a atuação dos agentes públicos, com destaque para o Código de Conduta e Ética e a Lei de Improbidade Administrativa.

Durante o evento foram abordados temas envolvendo a Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, além dos benefícios decorrentes da criação de uma cultura de integridade, apoio da alta administração e elementos do programa de compliance na esfera pública, com a apresentação de casos práticos que demonstraram a aplicação de tais institutos em situações concretas.

- PRÊMIO INNOVARE

O grande destaque do período foi a participação do TCESP no **Prêmio Innovare**, na categoria 'Tribunais', com a apresentação da prática do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), indicador que mede a eficiência das Administrações Públicas, escolhida entre 89 inscritas por Tribunais de vários estados da federação.

Finalista com o Tribunal de Justiça do Estado que concorria com a prática consistente em site para estimular a adoção de crianças e adolescentes e que foi vencedora, recebeu o TCESP pelas mãos de seu Presidente e do Conselheiro Sidney Beraldo, idealizador e Coordenador do IEG-M **menção honrosa** entregue na cerimônia realizada no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, pelo Secretário Nacional de Justiça e futuro Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Luiz Pontel.

Considerada a maior premiação jurídica brasileira, o Innovare reconhece iniciativas que contribuem para o aprimoramento da Justiça, premiando, desde sua criação, em 2004, mais de 175 (cento e setenta e cinco) trabalhos dentre os mais de 6 (seis) mil inscritos ao longo deste período, com assuntos relacionados à Justiça, informatização, desburocratização, garantia de direitos, sistema penitenciário e apoio à infância.

A premiação de 2018 recebeu 654 inscrições, reuniu projetos de 8 (oito) Estados e do Distrito Federal. Além das iniciativas conduzidas pelos Tribunais do país, foram apresentados projetos em outras cinco categorias: Advocacia, Defensoria Pública, Justiça e Cidadania, Ministério Público e Juiz.


RENATO MARTINS COSTA
PRESIDENTE



1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2018, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros RENATO MARTINS COSTA, Presidente, ANTONIO ROQUE CITADINI, Vice-Presidente e, EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - CORREGEDOR**

Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

06/11/2017 a 03/02/2018

o **SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES**

05/02/2018 a 05/05/2018

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

07/05/2018 a 04/08/2018

o **SAMY WURMAN**

06/08/2018 a 07/10/2018

o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

08/10/2018 a 11/10/2018

o **SAMY WURMAN**

12/10/2018 A 03/11/2018

o **MARCIO MARTINS DE CAMARGO**

A PARTIR DE 05/11/2018

o **JOSUÉ ROMERO**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheira **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

06/11/2017 a 03/02/2018

o **SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES**

05/02/2018 a 05/05/2018

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

07/05/2018 a 04/08/2018

o **SAMY WURMAN**

06/08/2018 a 07/10/2018

o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

08/10/2018 a 11/10/2018

o **SAMY WURMAN**

12/10/2018 A 03/11/2018

o **MARCIO MARTINS DE CAMARGO**

A PARTIR DE 05/11/2018

o **JOSUÉ ROMERO**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**



2. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 4º trimestre de 2018, foram distribuídos aos julgadores **405** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSO – PROCESSO SELETIVO	3
CONTRATO	9
CONVÊNIO – REPASSES TERCEIRO SETOR – ENTIDADES PRIVADAS	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR – ENTIDADES PRIVADAS	25
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTÃO, TERMO DE PARCERIA, CONVÊNIO, TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO	41
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS	75
RECURSO ORDINÁRIO	238
REPRESENTAÇÃO	7
RESCISÃO DE JULGADO	1
REVISÃO DE JULGADO	4
TOTAL GERAL	405



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 4º trimestre de 2018, foram distribuídos **5.351** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – OUTUBRO – DEZEMBRO - 2018										
MATÉRIA	RELATOR							Gabinete da Presidência	Corpo de Auditores	Total Geral
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. DER	Cons. SEB				
Ações	1	12	1	2	3	4	6		29	
Adiantamentos	9	9	9	9	9	11	1		57	
Apartados							4	53	57	
Atos de Pessoal	22	21	21	24	26	19		1038	1171	
Concurso Público	1	2	2	1	2	1			9	
Consultas						1			1	
Contratos	226	217	262	186	230	229	9	61	1420	
Controle de Prazos	4	4	4	6	5	6		14	43	
EPE	87	80	81	78	76	81	2		485	
Expedientes	53	62	63	45	60	56	61	16	416	
Expedientes do Ministério Público	41	42	42	58	51	53	76	60	423	
Expedientes do Poder Judiciário	6	17	13	13	12	8	38	6	113	
Instrução de Representação							23		23	
Recursos	94	33	64	55	55	65	129	6	501	
Relatório de Fiscalização		1	1						2	
Repasses Públicos	51	47	68	49	49	54	3	255	576	
Representação	3		2	12	6	2			25	
Total Geral	598	547	633	538	584	590	352	1509	5.351	

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS	5.756
---------------------------------------------------------------------	--------------

4. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

Durante o trimestre foram realizadas **10 Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **638 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **305 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **5 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



5. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **10 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **1.271 processos pela Primeira Câmara e 781 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

6. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores constituído por sete ocupantes do cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 4º Trimestre de 2018 tramitaram pelo Corpo de Auditores **2.639 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.689 autos** receberam julgamento, enquanto **360** foram objeto de despacho de diferimento.

7. DECISÕES SINGULARES

No 4º trimestre de 2018 foram proferidas **2.030 sentenças singulares**. Destas, **341** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1.689** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

8. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **10.474 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

9. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 4º Trimestre de 2018, a P.F.E se manifestou em **1.777 processos**.



10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

10.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.551 processos**.

10.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.995 processos**, dos quais **215** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.173 certidões**. Desse quantitativo, **6** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **1.167** via INTERNET.

10.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **17.136 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	1.398	1.145
Processos Eletrônicos	7.492	7.101
TOTAL	8.890	8.246



10.2.1. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **7.057 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

10.2.2. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados. No trimestre, a Divisão conduziu atividades voltadas ao aperfeiçoamento do IEG-M, Índice de Efetividade da Gestão Municipal, e do IEG-E, Índice de Efetividade da Gestão Estadual.

No tocante ao serviço de apoio aos jurisdicionados, no quarto trimestre, a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **1.167 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEG-M e IEG-E, bem como realizadas reuniões e treinamentos voltados ao desenvolvimento de módulos do Sistema Audesp e esclarecimento de dúvidas.

10.3. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **1.959** processos.

10.3.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças



Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

10.3.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado aprovado pela Lei nº 16.646, de 11 de janeiro de 2018, que "*Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2018*", foi elaborado em observância à Lei nº 16.511, de 27 de julho de 2017 que "*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2018*".

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 922.426.125,00**, sendo **R\$ 910.881.225,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos, e **R\$ 11.544.900,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 16.511/17), o Decreto n.º 63.512, de 15 de janeiro de 2018, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2018) e a Portaria Conjunta CAF-CO-CPGA-001, de 17 de janeiro de 2018.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2018 (Decreto n.º 63.152/2018) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas alterações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 18.730.018,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1 – SAO Nº 02001/2018-4-0002, concluído em 15/02/2018, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na informação **CAF nº 020030-1/2018**, de 07/02/2018, na seguinte conformidade: **R\$ 3.000.000,00** na Ação 4.821, Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para substituição do parque computacional desse Tribunal de Contas.

2 – SAO Nº 02001/2018-4-0003, concluído em 21/03/2018, no valor total de **R\$ 1.300.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-3/2018, de 07/02/2018, na seguinte conformidade: R\$



1.300.000,00 na Ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados ao fornecimento e instalação de ar-condicionado, aquisição de mobiliários e divisórias de vidro e também, na aquisição de solução de videoconferência, inclusive hardware.

3 – SAO Nº 02001/2018-4-0004, concluído em 05/07/2018, no valor total de **R\$1.200.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-2/2018, de 03/07/2018, na seguinte conformidade: R\$1.200.000,00 na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados ao atendimento de despesas com a contratação de empresa especializada para a modernização de três elevadores instalados no Prédio Anexo II do TCE/SP.

4 - SAO Nº 02001/2018-4-0007, concluído em 05/09/2018, no valor total de **R\$1.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-3/2018, de 29/08/2018, na seguinte conformidade: R\$1.000.000,00 na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados à despesa com a reforma da Regional de Santos.

5 - SAO Nº 020012018-4-0009, concluído em 11/10/2018, no valor total de **R\$1.400.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na informação CAF nº 020030-412018, de 26/09/2018, na seguinte conformidade: R\$1.400.000,00 na Ação 1.361 - Plano de Investimentos do Tribunal de Contas, destinados à despesa com a aquisição da Unidade Regional de Ituverava (UR-17) conforme TCA-1 69341026116.

6 - SAO Nº 020012018-4-0011, concluído em 08/11/2018, no valor total de **R\$2.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-512018, de 05/11/2018, na seguinte conformidade: R\$2.000.000,00 na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados à despesa com a modernização dos auditórios do TCE-SP.

7 - SAO Nº 020012018-1-0012, concluído em 17/12/2018, no valor total de **R\$9.000.000,00**, com recursos oferecidos do Tesouro - Fonte 1, conforme publicação no Decreto no 63.932 de 14/12/2018, na seguinte conformidade: R\$9.000.000,00 na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados a atender despesa com revisão geral anual de 2,84% em conformidade com a lei complementar 1.127 de 04 de julho de 2018.

Mediante a publicação do Decreto Nº 63.258, de 9 de março de 2018, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R\$ 169.982,00**, à conta da **Fonte 1 – Tesouro**, visando a



cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente **SAO nº 20006/2018-1-00001**.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2018, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Observe-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.

Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2018 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Fevereiro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Março	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Abril	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Maiο	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Junho	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Julho	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Agosto	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Setembro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Outubro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Novembro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Dezembro	68.943.841	7.069.537	227.722	-	7.297.259	76.241.100
TOTAL	823.701.251	84.459.344	2.720.630	-	87.179.974	910.881.225

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2018 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL



Janeiro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Fevereiro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Março	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Abril	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Maiο	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Junho	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Julho	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Agosto	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Setembro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Outubro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Novembro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Dezembro	837.022	129.310	-	966.332	77.207.432
TOTAL	10.000.000	1.544.900	-	11.544.900	922.426.125

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2018 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Fevereiro	68.614.310	6.865.455	226.628	-	7.092.083	75.706.393
Março	68.614.310	7.035.437	526.628	-	7.562.065	76.176.375
Abril	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Maiο	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Junho	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Julho	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Agosto	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Setembro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Outubro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Novembro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Dezembro	77.943.841	7.069.537	227.722	-	7.297.259	85.241.100
TOTAL	832.701.251	84.289.362	3.020.630	-	87.309.992	920.011.243

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2018 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL



Janeiro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Fevereiro	832.998	3.128.690	-	3.961.688	79.668.081
Março	832.998	1.128.690	-	1.961.688	78.138.063
Abril	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Mai	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Junho	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Julho	832.998	1.328.690	-	2.161.688	78.038.063
Agosto	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Setembro	1.959.348	1.128.690	-	3.088.038	78.964.413
Outubro	458.148	1.528.690	-	1.986.838	77.863.213
Novembro	458.148	2.128.690	-	2.586.838	78.463.213
Dezembro	460.372	129.310	-	589.682	85.830.782
TOTAL	10.000.000	11.144.900	-	21.144.900	941.156.143

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	64.800.596,27	30.406.326,77	50.669,17	-	30.456.995,94	95.257.592,21
Fevereiro	60.903.918,25	14.363.275,55	41.708,99	-	14.404.984,54	75.308.902,79
Março	62.647.582,39	11.034.044,62	49.232,22	-	11.083.276,84	73.730.859,23
Abril	63.035.109,46	3.477.373,64	110.738,74	-	3.588.112,38	66.623.221,84
Mai	60.184.302,55	3.994.057,20	380.894,03	-	4.374.951,23	64.559.253,78
Junho	63.959.895,85	1.083.760,67	261.936,30	-	1.345.696,97	65.305.592,82
Julho	64.336.511,95	4.284.766,69	99.632,57	-	4.384.399,26	68.720.911,21
Agosto	67.876.368,77	1.140.754,17	94.272,35	-	1.235.026,52	69.111.395,29
Setembro	68.685.604,03	2.857.491,83	46.814,61	-	2.904.306,44	71.589.910,47
Outubro	68.954.415,35	2.052.358,93	48.916,45	-	2.101.275,38	71.055.690,73
Novembro	66.191.372,99	1.913.671,03	103.213,60	-	2.016.884,63	68.208.257,62
Dezembro	120.825.105,47	7.363.514,17	46.039,66	-	7.409.553,83	128.234.659,30
TOTAL	832.400.783,33	83.971.395,27	11.334.068,69	-	85.305.463,96	917.706.247,29

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 4º TRIMESTRE DE 2018 – OUTUBRO – NOVEMBRO - DEZEMBRO

Janeiro	91.800,99	-	-	91.800,99	95.349.393,20
Fevereiro	362.746,90	2.321.737,00	-	2.684.483,90	77.993.386,69
Março	83.190,74		-	83.190,74	73.814.049,97
Abril	(253.903,00)	269.000,00	-	15.097,00	66.638.318,84
Mai	388.347,00	240.766,56	-	629.113,56	65.188.367,34
Junho	838.979,07	(220.800,00)	-	618.179,07	65.923.771,89
Julho	98.529,02	345.989,50	-	444.427,52	69.165.338,73
Agosto	47.458,00	106.702,17	-	154.160,17	69.265.555,46
Setembro	779.401,44	-	-	779.401,44	71.624.991,91
Outubro	20.749,00	988.596,99		1.009.345,99	72.065.036,72
Novembro	6.287.819,08	486.761,25		6.774.580,33	74.982.837,95
Dezembro	1.053.435,59	91.000,00		1.144.435,59	129.379.094,89
TOTAL	2.436.550,16	4.629.662,47	-	14.428.216,30	932.134.463,59

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Realizado – Despesas Correntes

MÊS	DESPESAS CORRENTES					
	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	64.800.596,27	2.693.574,21	31.874,29	-	2.725.448,50	67.526.044,77
Fevereiro	60.903.918,25	4.097.943,74	40.167,11	-	4.138.110,85	65.042.029,10
Março	62.647.582,39	5.338.859,04	38.842,22	-	5.377.701,26	68.025.283,65
Abril	63.035.109,46	5.657.189,10	91.563,96		5.748.753,06	68.783.862,52
Mai	60.184.302,55	6.043.439,71	71.576,00		6.115.015,71	66.299.318,26
Junho	63.959.895,85	5.456.900,88	49.377,20		5.506.278,08	69.466.173,93
Julho	64.336.511,95	6.045.783,95	39.622,69		6.085.406,64	70.421.918,59
Agosto	67.876.368,77	5.632.398,33	193.902,80		5.826.301,13	73.702.669,90
Setembro	68.685.604,03	6.158.840,22	210.987,93		6.369.828,15	75.055.432,18
Outubro	68.954.415,35	5.690.063,50	106.251,81		5.796.315,31	74.750.730,66
Novembro	66.191.372,99	6.278.133,61	167.152,72		6.445.286,33	72.636.659,32
Dezembro	120.825.105,47	22.186.883,69	292.501,09		22.479.384,79	143.304.490,25
TOTAL	832.400.783,33	82.024.329,98	1.333.819,82	-	83.358.149,80	915.758.933,13

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Realizado – Despesas de Capital

MÊS	DESPESAS DE CAPITAL				
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL CAPITAL	TOTAL GERAL
Janeiro	-	-	-	-	67.526.044,77
Fevereiro	112.009,89	-	-	112.009,89	65.154.038,99



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 4º TRIMESTRE DE 2018 – OUTUBRO – NOVEMBRO - DEZEMBRO

Março	13.205,00	36.677,00	-	49.882,00	68.075.165,55
Abril	55.002,80	768.326,00		823.328,80	69.607.191,32
Mai	51.260,94	375.583,00		426.843,94	66.726.162,20
Junho	40.037,00	751.166,00		791.203,00	70.257.376,93
Julho	421.690,00			421.690,00	70.843.608,59
Agosto	290.431,00	371.085,00		661.516,00	74.364.185,90
Setembro	56.560,46			56.560,46	75.111.992,64
Outubro	46.019,12	139.799,90		185.819,02	74.936.549,68
Novembro	4.511.621,07	220.964,62		4.732.585,69	77.369.245,01
Dezembro	1.1911.682,78	175.286,16		2.086.968,94	145.391.459,19
TOTAL	1.040.197,09	2.838.887,68	-	3.343.034,09	926.107.340,87

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres foram publicados no Diário Oficial do Estado dos dias 31 de março, 30 de maio, 31 de julho, 2 de outubro e 5 de dezembro de 2018.

10.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no segundo trimestre, manifestou-se em **964 processos/expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo encaminhamento de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **30 processos/expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **709 ações** em que este Tribunal é parte (polo passivo) e de **109 processos judiciais** a pedido dos Eminentes Conselheiros, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **89 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- Lançamento do Observatório do Futuro – Agenda Pública;
 - III Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação;
 - Cursos de Capacitação – Sistema Audep; e
 - Diálogos TCESP e CRUSEP sobre regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado de São Paulo.
- **Biblioteca** – **628** atendimentos realizados, sendo **100** através do Sistema Online Sophia e **528** presenciais.

Tabela 11 - Atividades da EPCP - 4º Trimestre

4º Trimestre - 2018	Quantidade De Eventos	Nº de Participantes	Acessos "on-line"
Reuniões Pedagógicas	8	101	-
Cursos/Eventos - Nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCESP	26	2.448	1.888
Cursos/Eventos - Em outras dependências ou Instituições	1	158	-
Cursos de Curta Duração - Externos	35	2.033	-
Eventos Culturais -Parceria com a Secretaria da Cultura do Estado.	21	160	
TOTAL	91	4.900	

10.5. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.008 atendimentos** neste Trimestre. Destaca-se o atendimento de **216 solicitações** por meio do Whatsapp.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, atendeu **65 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Portal WEB



Ouvidoria

569
Solicitações

WhatsAPP



216
Solicitações

e-Mail



110
Solicitações

0800



48
Solicitações

e-SIC



65
Solicitações

Presencial



0
Solicitações

No trimestre, as áreas técnicas da Corte atenderam a **4.211** solicitações de suporte, todas registradas via Portal da Ouvidoria.

10.6. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas - DSIS; e, Divisão de Tecnologia - DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como implementação de novas soluções de tecnologia; desenvolvimento de aplicativos e sistemas; testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

Neste trimestre, o DTI deu continuidade ao trabalho de desenvolvimento dos do **Portal de Informações para o Controle Externo**, que conta agora com o Painel de Obras, recurso capaz de exibir informações detalhadas quanto à distribuição territorial dos contratos celebrados pelos administradores, distribuindo-os territorialmente mediante georreferenciamento e classificando-os conforme sua situação atual, de acordo com os dados fornecidos pelos jurisdicionados no Sistema AUDESP Fase IV.

Também foram incorporadas melhorias aos sistemas responsáveis pelas **Fiscalizações Ordenadas**, responsáveis pelo cadastramento dos questionários, acompanhamento, suporte e emissão de relatórios consolidados da 7ª Fiscalização Ordenada de 2018 - Transporte Escolar e da 8ª Fiscalização Ordenada de 2018 - Fiscalização de Obras, ocorridas respectivamente em outubro e novembro.

Em relação à **Central de Atendimento ao Usuário**, o DTI prestou **5.510 atendimentos telefônicos**, sendo **3.818 a usuários internos e 1.692 ao público externo**. No período, **252 atendimentos** foram prestados pela Internet por meio da ferramenta *webchat*.

Quanto à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, destacam-se a configuração e disponibilização de **16 novos computadores**, totalizando **906 equipamentos entregues** até o fim do mês de dezembro.

10.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCE-SP, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCE-SP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCE-SP e iniciativas institucionais.

No 4º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **124 matérias** de julgamento (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);

- **52 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado.

A tabela a seguir apresenta os dados relativos às principais Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



13.168 curtidas de página e **13.306 seguidores** desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Facebook em 2013.



7.082 tweets desde 2009 (abertura da conta oficial do TCE-SP no Twitter), com **4.269 seguidores** no momento.



2.046 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no YouTube em 2013, com **152.415 visualizações** totais.



11.190 fotos publicadas desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Flickr em 2015.



10.8. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Antonio Roque Citadini, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a edição nº 142 da Revista do TCE-SP foi publicada em outubro.

Com 144 páginas, a Revista destaca, em uma linguagem clara e de fácil leitura, os principais fatos, notícias e atividades afetas à Corte de Contas entre maio e setembro.

A edição traz como destaque o 22º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, que, em 11 encontros regionais, capacitou mais de 6.500 gestores, além das parcerias estabelecidas com o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – para analisar as contas eleitorais dos candidatos –, e com o Ministério Público do Estado, com o intuito de combater a corrupção e o mau uso dos recursos públicos.

A evolução da Corte paulista, com o uso de ferramentas de tecnologia e de comunicação, também é tema da edição 142, que mostra dados positivos sobre o crescimento do uso de videoconferência nas sessões de julgamento, o avanço na utilização do sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) e no atendimento da Ouvidoria, e a busca por constantes melhorias nos canais de comunicação com os jurisdicionados e a sociedade, a exemplo do novo site institucional.

10.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

10.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sr. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 4º trimestre de 2018, o Cerimonial se fez presente em **10 eventos internos e em 12 eventos externos.**



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 4º trimestre de 2018, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

RENATÓ MARTINS COSTA
PRESIDENTE



12. ANEXOS

12.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCE-SP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	43/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 12/12/2018	13/12/18
GP	42/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 05/12/2018	06/12/18
GP	41/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/11/2018	29/11/18
GP	40/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 14/11/2018	22/11/18
GP	39/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/11/2018	08/11/18
GP	38/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 31/10/2018	01/11/18
GP	37/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 24/10/2018	25/10/18
GP	36/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 17/10/2018	18/10/18
GP	35/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 10/10/2018	11/10/18
GP	34/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 03/10/2018	04/10/18
GP	33/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 26/09/2018	26/09/18
GP	32/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 19/09/2018	21/09/18
GP	31/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 12/09/2018	21/09/18
GP	30/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 05/09/2018	06/09/18
GP	29/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 29/08/2018	30/08/18
GP	28/2018	LEVANTAMENTO EFETUADO EM RELAÇÃO À TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS VERSANDO SOBRE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAL	24/08/18
GP	27/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 22/08/2018	23/08/18



COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	26/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 15/08/2018	16/08/18
GP	25/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 01/08/2018	02/08/18
GP	24/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 25/07/2018	26/07/18
GP	23/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 18/07/2018	19/07/18
GP	22/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 04/07/2018	05/07/18
GP	21/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/06/2018	29/06/18
GP	20/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 20/06/2018	21/06/18
GP	19/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 13/06/2018	16/06/18
GP	18/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 06/06/2018	07/06/18
GP	17/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 30/05/2018	30/05/18
GP	16/2018	INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS QUANTO AO PETICIONAMENTO E JUNTADA DE DOCUMENTOS RELACIONADOS A PROCESSOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS	25/05/18
GP	15/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 23/05/2018	24/05/18
GP	14/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 16/05/2018	17/05/18
GP	13/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 09/05/2018	10/05/18
GP	12/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 25/04/2018	26/04/18
GP	11/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 18/04/2018	20/04/18
GP	10/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 11/04/2018	12/04/18
GP	09/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 04/04/2018	05/04/18
GP	08/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/03/2018	29/03/18
GP	07/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/03/2018	22/03/18
GP	06/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 14/03/2018	15/03/18
GP	05/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/03/2018	08/03/18
GP	04/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/02/2018	01/03/18



GP	03/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/02/2018	22/02/18
GP	02/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/02/2018	08/02/18
GP	01/2018	LEVANTAMENTO – EXAMES PRÉVIO DE EDITAL	01/02/18
GP	08/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/03/2018	29/03/18
GP	07/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/03/2018	22/03/18
GP	06/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 14/03/2018	15/03/18
GP	05/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/03/2018	08/03/18
GP	04/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/02/2018	01/03/18
GP	03/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/02/2018	22/02/18
GP	02/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/02/2018	08/02/18
GP	01/2018	LEVANTAMENTO – EXAMES PRÉVIO DE EDITAL	01/02/18



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	40/2018	Comunicado SDG 40/2018 - Alterações nos critérios de remessa da Fase IV	20/12/2018
SDG	39/2018	Comunicado SDG 39/2018 - Volume de processos apreciados em 2018	15/12/2018
SDG	38/2018	Comunicado SDG 38/2018 - Processos julgados no 4º TRIMESTRE	15/12/2018
SDG	37/2018	Comunicado SDG 37/2018 - Calendário de obrigações para 2019	12/12/2018
SDG	36/2018	Comunicado SDG 36/2018 - Servidores que requereram remoção	06/12/2018
SDG	35/2018	Comunicado SDG 35/2018 - Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	06/12/2018
SDG	34/2018	Comunicado SDG 34/2018 - Obras atrasadas ou paralisadas no âmbito do Estado e dos Municípios	05/12/2018
SDG	33/2018	Comunicado SDG 33/2018 - Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	06/11/2018
SDG	32/2018	Comunicado SDG 32/2018 - Processos julgados no 3º TRIMESTRE	05/10/2018
SDG	31/2018	Comunicado SDG 31/2018 - Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	03/10/2018
SDG	30/2018	Comunicado SDG 30/2018 - Aplicações financeiras dos regimes próprios	29/09/2018
SDG	29/2018	Comunicado SDG 29/2018 - Visita periódica às páginas eletrônicas de jurisdicionados	13/09/2018
SDG	28/2018	Comunicado SDG 28/2018 - Remoções - Servidores TCESP	11/09/2018
SDG	27/2018	Comunicado SDG 27/2018 - Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	06/09/2018



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	26/2018	Comunicado SDG 26/2018 - Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos	03/08/2018
SDG	25/2018	Comunicado SDG 25/2018 - Volume de processos julgados no 2º TRIMESTRE	02/08/2018
SDG	22/2018	IEG-E - Formulário Eletrônico.	22/06/18
SDG	21/2018	Lei Federal 13.460/17 - Proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.	21/06/18
SDG	20/2018	Obrigaçao tornar disponível à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas rejeitadas.	20/06/18
SDG	19/2018	Demonstração e identificação dos gastos custeados com os recursos públicos.	19/06/18
SDG	18/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	06/06/18
SDG	17/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	04/05/18
SDG	16/2018	Transparência na divulgação de atos de entidades do Terceiro Setor.	19/04/18
SDG	15/2018	Envio de propostas para alterações no texto do projeto da nova Lei de Licitações.	18/04/18
SDG	14/2018	Balanco de Atividades - 1º Trimestre	07/04/18
SDG	13/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	03/04/18
SDG	12/2018	Informa que o 22º Ciclo de Encontros com Dirigentes Públicos Municipais será realizado no período de 22 de março a 23 de agosto.	13/03/18
SDG	11/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	03/03/18



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	10/2018	Informa que a apresentação de Memoriais ou outro nome que se lhes dê deverá ser feita diretamente nos Cartórios ou Gabinetes dos Senhores Conselheiros, sempre em papel.	03/03/18
SDG	09/2018	Relação das Prefeituras que terão suas contas de 2018 sujeitas ao programa de acompanhamento quadrimestral.	01/03/18
SDG	08/2018	Órgãos Jurisdicionados estão desobrigados da remessa eletrônica de dados e informações relativos à Fase IV do Sistema Audep correspondentes aos gastos com utilidade pública.	23/02/18
SDG	07/2018	Torna público o volume de processos julgados no 4º TRIMESTRE do exercício de 2017, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular.	22/02/18
SDG	06/2018	Alerta as Prefeituras Municipais quanto ao preenchimento do IEG-M.	15/02/18
SDG	05/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	06/02/18
SDG	04/2018	Alerta sobre ação de pessoas que entram em contato com agentes públicos municipais se passando por funcionários do TCE-SP.	02/02/18
SDG	03/2018	Torna pública a composição do Tribunal Pleno e Câmaras Julgadoras da Corte, para o exercício de 2018.	01/02/18
SDG	02/2018	Valor atualizado de remessa.	13/01/18
SDG	01/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	09/01/18



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

2018